

RADAR

favela

COVID-19

edição 12

julho|agosto 2021

ESPECIAL
A pandemia e as lutas da
Zona Oeste

ACOMPANHE
Vacinação na Maré
e a Conferência Livre
de Saúde em Manguinhos



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Imagem: acervo Redes da Maré

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

7 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

8 VACINA MARÉ: CIÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO NAS 16 FAVELAS DA MARÉ **Eliana Sousa Silva e Luna Escorel Arouca**

12 MANGUINHOS REALIZA SUA 3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE **André Lima**

16 JUVENTUDE DE MANGUINHOS SEGUE NA LUTA PELA EDUCAÇÃO E PELA VIDA! **Ingridy Maura Moura Silva, Jhonas Magalhães e Lucília Aguiar**

20 ESPECIAL: A PANDEMIA E AS LUTAS DA ZONA OESTE

21 “A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA” **Day Medeiros**

25 OS LIMITES DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS DE ASSISTÊNCIA **João Luiz Pereira**

29 FEIRA SOLIDÁRIA E A CONEXÃO COM OS PASSOS QUE VÊM DE LOOOOONGE **Mariana Bruce, Bárbara Massof**

34 PANDEMIA, MEIO AMBIENTE E ESPAÇO PÚBLICO: A LUTA PELO PARQUE REALENGO **Vandré Nascimento, Marcele Maria de Oliveira e Vitor Dias Mihessen**

39 DEBATES

40 TOLERÂNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE **Ivanir dos Santos**

42 VIOLÊNCIA DE ESTADO **Rumba Gabriel**

44 MOVIMENTOS SOCIAIS

45 O RESGATE DA MEMÓRIA E A LUTA DAS MULHERES NEGRAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL NA BAIXADA FLUMINENSE **Monique Rodrigues, Rose Cipriano e Fátima Monteiro**

50 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Radare COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.



Imagem: acervo União Coletiva pela Zona Oeste

MEMEFO

GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

TUBERCULOSE AVANÇA JUNTO COM A POBREZA EM MANGUINHOS:

O Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria/Fiocruz/ENSP, segundo dados do setor de vigilância, registrou no ano de 2020, 59 casos de tuberculose. A maioria dos casos ocorreu em pessoas maiores de 15 anos e em homens (59,32%). Observa-se que entre mulheres os casos da doença vêm aumentando. Desses 59 casos, 16 foram registrados na área do Parque João Goulart, 11 na área de Vila Turismo e 9 na área da Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis. Entre os 59 casos, 44 foram casos novos, isto é, pessoas que adoeceram pela primeira vez. Do total, 52 casos foram da forma pulmonar da doença. No final deste ano tivemos 29 curas, 15 abandonos e 1 óbito por tuberculose. O restante “encerrou” o tratamento por outras causas. No ano de 2021, até o mês de junho, foram contabilizados 38 casos; a maioria deles em pessoas maiores de 15 anos e em homens. Vila Turismo e Parque João Goulart são as áreas que mais acumulam casos até agora. Desses 38 casos, 29 deles são casos novos. Provavelmente este ano de 2021 teremos mais casos que em 2020. A tuberculose é uma doença da pobreza, da insegurança alimentar e social, das más condições de vida. Não devemos, em momento algum, esquecer desta determinação social. Pobreza e tuberculose, caminham associadas, ainda mais em tempos de pandemia onde houve (involuntariamente) uma diminuição significativa na busca ativa de casos, na identificação e, conseqüentemente, nos diagnósticos e tratamentos oportunos. Isso é notório quando se compara a redução do número de notificações de 2020 em relação a 2019. O que lemos aqui não expressa o tamanho do problema em Manguinhos. Temos visto um empobrecimento brutal das pessoas. Elas têm fome. De tudo!” (Celina Boga, médica do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria /ENSP/Fiocruz)

MORADORES DO CATIRI ENFRENTAM DIFICULDADES PARA OBTER ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE:

“O Catiri é um sub-bairro de Bangu, abandonado e esquecido. A gente está aqui lutando. Foi muito doído pra gente esse período de pandemia, porque nós perdemos muitos amigos de Covid, sem ter acesso a um hospital. Até parentes de quem faleceu de covid, não conseguiram fazer o teste. No atual momento, moradores têm relatado falta de profissionais e dificuldades para obter acesso e atendimento no posto de saúde. Há uma grande demanda de pessoas que buscam nossa instituição, o Espaço Cultural Raízes de Gericinó, porque não conseguem atendimento no posto de saúde. A unidade está há 2 anos com apenas 1 médico e perdeu parte da equipe. Quando o único médico ficou com Covid o Centro Municipal de Saúde do Catiri ficou sem atendimento médico. Os profissionais estão trabalhando há 3 anos sem férias, e parte da equipe foi testada e diagnosticada novamente com Covid. Estão sendo registrados casos de reinfeção de Covid e os profissionais de saúde encontram-se cansados e esgotados. Nem o acompanhamento de pacientes hipertensos a equipe está conseguindo realizar. Também estamos com um número muito grande de pessoas necessitando de atendimento psicológico. Há um mês houve mudança da Organização Social (OS) gestora dessa unidade de saúde”. (Auricélia Mercês/ Espaço Cultural Raízes de Gericinó)

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Imagem: acervo Redes da Maré

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

VACINA MARÉ : CIÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO NAS 16 FAVELAS DA MARÉ

Eliana Sousa Silva, Redes da Maré

Luna Escorel Arouca, Redes da Maré



Imagem: acervo Redes da Maré

A Maré é o maior conjunto de favelas do Estado do Rio de Janeiro. Nessa região moram em torno de 140 mil pessoas, distribuídas em 16 favelas. Atualmente, a população da Maré é majoritariamente negra e feminina¹. Geograficamente, a Maré está localizada entre as principais

¹ Censo Maré, 2010.

vias de acesso da cidade – Avenida Brasil e Linhas Amarela e Vermelha, tendo como vizinha duas grandes instituições de ensino e pesquisa: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Maré está, portanto, no coração da cidade.

Graças às diferentes formas de mobilização coletiva e negociação com o poder público, hoje se fazem presentes na Maré 49 escolas públicas, 2 postos do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran) e um posto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (Comlurb). No que tange ao acesso à saúde, a Maré conta com três Centros Municipais de Saúde (CMS) e quatro Clínicas de Saúde da Família e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A Fundação Oswaldo Cruz teve um papel central na construção da atenção primária na Maré. Nos anos 80, profissionais da instituição desenvolveram programas de formação de agentes populares comunitários, base para a estruturação da saúde pública no território. Desde então, a Fiocruz se faz presente no conjunto de favelas através da cooperação com diferentes organizações e coletivos.

A partir dessa parceria histórica, no início da pandemia, a Redes da Maré, organização da sociedade civil que atua há mais de 20 anos no território, buscou orientação junto à presidência da Fiocruz para ações de controle e mitigação da pandemia no território. Desse diálogo surgiu o projeto Conexão Saúde: de olho na covid. A experiência reúne seis organizações (Fiocruz, SAS Brasil, Redes da Maré, Dados do Bem, Conselho Comunitário de Manguinhos e União Rio) para oferecer à população dos dois territórios de favelas cariocas (Maré e Manguinhos) serviços de testagem, telessaúde e isolamento domiciliar, com o objetivo de reduzir o impacto da pandemia de Covid-19. Os resultados desse projeto foram significativos para o controle da doença, apoio aos moradores e redução da mortalidade no território. Após 15 de semanas de funcionamento do Conexão Saúde foi possível observar a redução em 86% das mortes por covid na favela da Maré. Ao total o projeto já

realizou mais de 30 mil testes de PCR, 10.500 consultas de telessaúde, acompanhamento e apoio para o isolamento domiciliar de mais de 1.000 famílias com pessoas que testaram positivo para Covid – além de múltiplas ações de comunicação territorial.

A capacidade do projeto de acompanhar e produzir dados sobre a pandemia no território permitiu a elaboração de uma pesquisa, composta por dois estudos, sobre a eficácia da vacina. O primeiro visa acompanhar o desenvolvimento da pandemia no território através da identificação e testagem de pessoas sintomáticas. O segundo irá acompanhar 2 mil famílias durante 6 meses avaliando a proteção indireta nos núcleos

Imagem: acervo Redes da Maré



familiares. Junto ao estudo foi acoplada uma ação de vacinação em massa que em 4 dias vacinou 36 mil jovens entre 33 e 18 anos, atingindo assim a totalidade de 99,14% da população adulta vacinada.

Para o êxito da vacinação em massa, foi fundamental mobilizar diferentes atores e frentes no território garantindo assim a adesão do maior número de pessoas. A Redes da Maré, contou com a estrutura, legitimidade e capacidade de articulação, desenvolvida nos 20 anos de atuação e potencializada no último ano com a mobilização da campanha *Maré diz não ao coronavírus*². Trabalhadores da Redes da Maré, voluntários e moradores se envolveram no

² https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/MareCoronavirus_livro-min.pdf

processo de comunicação, porta a porta, convocando e informando os moradores com megafone, *flyer*, carro de som, etc.

As associações de moradores foram peças chaves na mobilização, servindo inclusive como ponto de vacinação durante a campanha. Comunicadores e influenciadores se envolveram produzindo conteúdo virtual e mobilizando os jovens através de suas redes. Artistas também se engajaram com vídeos informativos convocando a população a aderir à vacinação. A prefeitura por sua vez, através da secretaria de saúde, alocou profissionais de outras áreas programáticas e mobilizou voluntários para os dias de vacinação, além de fornecer a estrutura física das unidades de saúde. A secretaria de educação se somou a esse esforço garantindo pontos de vacinação nas escolas, com o apoio dos profissionais da educação, chegando a 130 pontos de vacinação. Foi portanto uma ampla e rápida mobilização que contou com diversos tipos de conteúdo e diferentes atores.

A pesquisa proposta pela Fiocruz vai produzir informações fundamentais sobre o desenvolvimento da pandemia em um território de favela, permitindo apontar as demandas da população em relação à saúde no pós-pandemia. No entanto, o impacto da pesquisa não se limita aos dados e informações que ela visa produzir. Esse impacto já começou: a mobilização no território, a articulação entre diversas organizações e lideranças, a mobilização de recursos e a visibilidade positiva sobre essa região, já são vitórias da união entre ciência, poder público e sociedade civil organizada. Esperamos que essa sinergia possa inspirar o poder público na implementação de propostas inovadoras que nascem do território.

MANGUINHOS REALIZA SUA 3ª CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE

André Lima, Conselheiro do CGI – Segmento Geração de Trabalho e Renda



Imagem: André Lima

Início minha narrativa com uma provocação: – Qual a importância da realização da 3ª Conferência Livre de Saúde em Manguinhos, realizadas nos dias 24 e 31 de julho de 2021? Dar um grito, politicamente falando, em defesa da vida! Covid, políticas econômicas desastrosas, violações de direitos, dentre outras séries de questões, estão adoecendo e matando

as pessoas nas favelas e também em Manguinhos! É importante termos “vozes que clamam no deserto” como fora o saudoso São João Batista apregoado na tradição Cristã!

Presencial ou remoto? A experiência remota diante da gravidade da Covid e frente ao baixo número de vacinados e tal, sem dúvida, foi uma escolha adequada, mesmo sabendo que alguns ativistas do território não puderam se fazer presentes de maneira plena. O acesso à internet nas favelas se constitui de maneira precarizada, seja pela qualidade da conexão, seja pelo uso de um equipamento mais rudimentar! Isso sem contar que existem ainda muitos moradores que não estão familiarizados com o mundo digital... até respondem um *WhatsApp*, mas de maneira bem restrita.

Em um mundo ideal, montar pólos presenciais para garantir a participação dos moradores, seria o recomendável (*aliás, no mundo ideal todos estaríamos vacinados contra a Covid*). Entretanto, organizar pólos, significaria organizar locais ventilados com infraestrutura de internet, alimentação, suporte, banheiros, distanciamento social, etc. Para compor tais espaços, seriam necessários recursos financeiros e humanos, que para mobilizá-los, necessitaríamos de mais tempo. Algo que não tínhamos. Aliás, vale mencionar que na Biblioteca Parque, de última hora, recebemos alguns conselheiros que não possuíam acesso à internet para participar das atividades conferenciais.

Nossa conferência foi sugerida, provocada, montada e planejada a partir do Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM) e do Conselho Gestor Intersetorial do TEIAS Manguinhos (CGI). Nas atividades e debates prévios tivemos a presença de representações da Organização Social que administra os Equipamentos de Saúde no Território bem como da CAP 3.1. Recebemos apoio da Direção da ENSP, do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias e da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.

A data, por sua vez, fora escolhida para que a Conferência acontecesse antes de um calendário distrital, algo que não ocorreu certamente por consequência da pandemia de Covid-19. Mesmo diante das incertezas da realização de processos conferenciais institucionalizados, os moradores de Manguinhos envolvidos nos espaços de participação social entenderam que o momento era o mais adequado para refletir sobre a saúde no território, em especial, a partir dos seus processos determinadores e do horizonte de construção de políticas públicas saudáveis.

O conceito de políticas públicas saudáveis e sustentáveis vem de um entendimento amplo do processo saúde-doença. Neste sentido, uma enquete subsidiou a escolha dos temas a serem debatidos na conferência. Dentro do questionamento de quais os principais problemas enfrentados em Manguinhos, o resultado foi: I. Saneamento e Habitação inadequados; II. Desmonte na Saúde; III. Desemprego; IV. Violências. Para cada uma destas questões,

segundo os moradores que participaram da Conferência, a resolução dos problemas perpassa indubitavelmente pela ação de políticas públicas formuladas e construídas com a participação social.

Os termos “saudáveis” e “sustentáveis” podem servir como pistas para nortear o escopo, formas de ação e indicadores de avaliação!

Na sua realização, cabe destacar que a dinâmica participativa deve ser pensada para garantir equilíbrio de forças, clareza das regras e um canal para formulação de estratégia para ação. Essa questão, no meu entendimento, foi central, não apenas para a Conferência Livre de Manguinhos, mas também para outros espaços de participação. No plano estrutural já aponte a questão da Internet, mas poderia acrescentar que nem todos possuem um turno semanal disponível para participar de eventos comunitários e atividades dos conselhos, mesmo os envolvidos em movimentos populares e comunitários. No plano político, não podemos nos esquecer das teias dos poderes do

clientelismo e da troca de favores entre certas lideranças e políticos, bem como das ramificações do poder dos grupos que controlam o território pela força das armas. Também sinalizo sobre as cooptações, que existem, inclusive, por parte da Academia que, sob a bandeira de “construir juntos”, engole e pauta certos segmentos da luta social.

Apesar de tudo, acho que a Conferência foi um sucesso, dentro das possibilidades existentes. Conseguiu pôr na esfera pública local debates importantes. É preciso agora levá-los a outras instâncias, e quem sabe, provocar para que outras conferências livres ocorram na cidade. Por que não? Imaginemos uma rede de conferências livres, ecoando as vozes dos territórios de favelas!

O próximo passo é avançarmos na construção de um relatório final e sua publicização. Também existe uma comissão construindo um documento que ficaria com o nome “Carta Manguinhos Pela vida 2021”. Estes documentos são importantes na dimensão política e não podem ser “deixados pra trás”. Outro passo importante é construirmos um processo eleitoral do Conselho Gestor Intersectorial (CGI), ao mesmo tempo popular e pedagógico, avançando numa lógica de “oxigenação” deste espaço, inclusive repensando seus objetivos, mecanismos de governança e linhas de ação junto ao território. Também não podemos deixar de avaliar internamente a realização desta conferência livre e nos preparamos para a próxima, inclusive com a possibilidade de ampliar o raio territorial do seu alcance (tipo, Manguinhos e Maré, por exemplo).

O SUS sofre ataques diários. Fortalecer a Gestão Participativa, inclusive no nível local, é fortalecer a democracia e possibilitar – ainda que por um caminho longo e árduo – a construção de um SUS forte, público, equânime e promotor da vida! Viva o SUS!

JUVENTUDE DE MANGUINHOS SEGUE NA LUTA PELA EDUCAÇÃO E PELA VIDA!

Ingridy Maura Moura Silva – Moradora de Manguinhos e militante do Levante Popular da Juventude. **Jhonas Magalhães** – Morador de Manguinhos e militante do Levante Popular da Juventude. **Lucília Aguiar** – professora do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila e militante do Movimento de trabalhadoras e trabalhadores por direitos.

Imagem: Benjamin Fogarty

Ocupação do Colégio Estadual Compositor

Luiz Carlos da Vila em 2016

“Gente é pra brilhar
Não pra morrer de fome”

Caetano Veloso



Vivenciamos uma crise sanitária que coloca em risco a vida das pessoas, especialmente aquelas que, historicamente na sociedade brasileira, não acessam os direitos sociais garantidos na Constituição Cidadã de 1988. Se soma à pandemia do Covid-19 um quadro de perda de direitos da classe trabalhadora imposto pelo atual governo, cuja expressão maior é o desemprego e a precarização do trabalho; mais uma vez quem paga a conta do projeto ultraliberal tem endereço, classe, cor e gênero.

O território de Manguinhos historicamente sofre com os mais diversos tipos de violência. A maior hoje sofrida por homens, mulheres, jovens desse território é violência do Estado que retira cotidianamente a possibilidade de uma vida digna e de uma cidadania plena, em que os direitos sociais sejam assegurados de forma plena. Os serviços de saúde, de educação e de assistência social, – que já eram precários – passam por um processo de desmonte durante a pandemia de Covid-19 que assola o Brasil desde março de 2020. A fome é uma realidade hoje, o desemprego e o acesso ao mundo trabalho precário e fragmentado está presente nas casas dos moradores de Manguinhos e o pior é a ausência da perspectiva de futuro enfrentada pela juventude.

Quando a falta de emprego e as formas precárias de geração de renda se fazem presentes, a escolarização de jovens, adultos e crianças se torna secundária pois a necessidade da sobrevivência se impõe, não há escolha. O depoimento de Ingridy, moradora de Manguinhos, ex-aluna do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila e militante do Levante Popular da Juventude aponta as dificuldades enfrentadas hoje pelos moradores.

“A pandemia me afetou em vários sentidos, como o estudo, o emprego, assim como muitas pessoas que conheço inclusive na comunidade; a saúde ficou ainda mais precária, os colégios sem aula e sem merenda, pois muitas crianças se alimentam das refeições dada pela unidade de ensino”

A educação foi especialmente atingida uma vez que o ensino remoto foi implantado sem um planejamento prévio da secretaria de educação e a maior parte dos estudantes não tem acesso ao mundo digital. Muitas famílias têm apenas um celular para partilhar o uso entre os filhos estudantes; as aulas remotas e as atividades demandadas pela escola se tornam inacessíveis para a maioria. Os professores são extremamente cobrados em relação ao alto índice de evasão, no entanto, não há por parte do poder público uma análise sobre os reais motivos dessa evasão.

Outro elemento a considerar com relação ao Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila são as constantes invasões sofridas pela escola. Entendemos ser urgente reestabelecer um diálogo entre a escola e os moradores. É urgente que a comunidade se sinta parte da escola, afinal ela é pública! Esse é mais um desafio que se coloca para a comunidade uma vez que a secretaria de educação vetou a possibilidade de consulta a comunidade escolar para a escolha de diretores.

Como organizar o sistema escolar de forma justa e igualitária? Como garantir o direito constitucional à educação numa sociedade marcada pela exclusão digital? Como garantir um processo de ensino/aprendizagem que considere a realidade dos profissionais da educação e dos estudantes pós pandemia? Sabemos que não existem respostas fáceis.

A crise na educação terá consequências graves por muito tempo. Há uma necessidade hoje de rever as prioridades, fazer da escola um espaço de acolhimento e de resistência uma vez que a forma como vem acontecendo a reabertura das escolas coloca em risco a saúde mental de professores e estudantes, muitos sofrendo o luto pela perda de familiares e amigos e companheiros de trabalho. No Compositor perdemos um grande professor e companheiro de luta por direito de Manguinhos, Gilson Alves. A luta pela escola democrática e laica foi o legado que ele nos deixou.

A questão da moradia também é mais um problema enfrentado em Manguinhos, assim como os cuidados individuais e coletivos e a segurança alimentar, como destacam Ingrid e Jhonas (ex-aluno do Colégio Luiz Carlos da Vila e também militante do Levante Popular da Juventude). A ausência de políticas públicas afeta as famílias que hoje só podem contar com a rede de proteção comunitária.

“muitas pessoas que tinham suas casas mesmo que fossem de aluguel tiveram que entregar e ir morar com parentes pois perderam seus empregos, mais mesmo com tudo isso vejo que a comunidade se uniu para ajudar os mais necessitados, como entrega de cestas básicas, doação de cobertores, doação de marmitas, doações de peixe (ONG Viva Jacarezinho), aulas de reforço escolar, e outras atividades extras.” (Ingrid)

“Assim, na minha vida como a vida da comunidade tivemos que se reinventar na higiene pessoal, na perda de trabalho e passar sem alimentos básicos, sem salário e criar uma autonomia própria, muitas vezes viver da horta comunitária que no mínimo alimenta metade da população da favela”. (Jhonas)

A solidariedade como política é a forma de enfrentamento que a população de Manguinhos tem construído para sobreviver. Queremos mais, queremos que a política de solidariedade se torne um movimento organizativo desses sujeitos, não só para sobreviver, mas para construir uma vida plena com saúde, educação, cultura... com direitos! É o povo cuidando do povo e buscando a transformação por um mundo mais fraterno.



ESPECIAL A PANDEMIA E AS LUTAS DA ZONA OESTE

Imagem: acervoTeia de Solidariedade da Zona Oeste

“A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA”

Day Medeiros. Nascida cria de Santa Cruz. Professora de Artes/ Ativista Sociocultural da Zona Oeste. Coordenadora do projeto Missão Arte Educação - Instituto Casa. União Coletiva pela Zona Oeste.



Imagem: Christian Basílio, acervo do Instituto CASA

Entre tantas pautas importantes como soberania alimentar, vacinação para todos, racismo ambiental, falta de acesso à internet, à educação de qualidade, entre outros debates sociopolíticos recorrentes,

ficou evidente para quem vive, atua e estuda as demandas dos territórios periféricos, que as ações dos coletivos e movimentos sociais foram fundamentais no combate à fome durante a pandemia.

E que a rede criada durante o processo que se estende até os dias atuais, entre os que protagonizaram essas ações, caminhou como o melhor resultado das lutas pela redução das desigualdades e da garantia do direito à vida nesse período pandêmico, reflexo do trabalho que muitos já faziam em seus locais antes da Covid-19 e que sempre foi de enfrentamento à ausência de políticas públicas.



Imagem: Ramon Velasco, acervo do Instituto CASA

O CASA (Coletivo *Artístico* Sustentável e Alternativo), que realiza o projeto Missão Arte Educação na Favela do Aço em Santa Cruz, que nunca pretendeu exercer atividades assistencialistas antes da pandemia, trocou as tintas e pincéis por arrecadação e distribuição de cestas básicas para atender as quase 200 crianças participantes, em parceria com o PEPUC Vila paciência e a União Coletiva pela Zona Oeste, com poucos recursos, com pouca estrutura,

essa rede tem provado para além do termo, “nós pelos nossos,” a necessidade do enfrentamento às desigualdades sociais, econômicas, ambientais e educacionais que assolam as periferias como a Zona Oeste. O fortalecimento das redes de apoio coletivo da sociedade civil e organizada é notório e louvável em meio a todo esse caos.

Analisando as atividades do coletivo que nasceu em 2012 e atua em Santa Cruz desde 2018, identificamos que a suspensão das atividades artísticas e culturais caminhou juntamente com a estruturação e institucionalização do coletivo. O grupo de amigos universitários periféricos, que formou um coletivo na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em maio de 2021 se tornou Instituto Casa. Mas, mesmo com a formalização, ainda precisamos refletir sobre o retorno das atividades em meio ao alto número de casos e de internações entre crianças de 0 a 9 anos no Estado do Rio de Janeiro, e também sobre a necessidade de suprir a falta de acesso à educação e artes.

Todo mês durante as entregas das cestas básicas nós ouvimos: - “TIA, HOJE TEM AULA DE ARTES?” - A sensação é que a alimentação básica que estamos conseguindo prover nesses 17 meses de pandemia não é só o que nossos pequenos grandes artistas querem. A arte e a educação, não são menos importantes nesse momento.

Com o começo da vacinação dos educadores, em junho começamos a organizar um retorno de atividades ao ar livre, como a projeção de filmes e atividades e as oficinas de grafite, logo em seguida nos deparamos com um cenário de insegurança e instabilidade dada pelas constantes operações da polícia civil contra a milícia do território. A morte do chefe da maior milícia do Rio de Janeiro e a possível guerra pelo comando colocou mais esse obstáculo para os coletivos que atuam nos territórios da Zona Oeste. Onde o pior cenário nessa situação é o do silêncio e da incerteza que expõe os voluntários e as crias para além da Covid-19. A luta para romper as estruturas que privam o povo periférico de seus direitos, possuem muitas camadas. Como priorizar o distanciamento social frente a tantas lutas? Como ensinar a combater a transmissão do vírus através da higiene se nunca se sabe o dia que vai ter água? Como organizar atividades remotas sem acesso à tecnologia e à internet?



Imagem: Marina Ferreira, acervo do Instituto CASA

São com esses questionamentos, que seguimos nos planejando, iniciamos agosto com uma oficina de grafite, com os números reduzidos, de 33 voluntários para apenas 4, de 200 crianças para apenas 30 (de 4 a 15 anos), de 8 horas para 3. Tudo reduzido, menos a vontade de fazer arte. Após a pintura de um muro cedido por uma moradora, avó de uma das crianças, outros muros foram oferecidos e muitos pedidos de continuidade vindo das crianças e responsáveis que passavam. No nosso quarto ano de Missão Arte educação, está evidente que não podemos deixar de auxiliar com as cestas básicas, mas que é urgente a viabilização de atividades educacionais, artísticas e culturais para saciar outras fomes e *“esperançar em tempos de barbáries”*.

OS LIMITES DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS DE ASSISTÊNCIA

João Luiz Pereira. Sepetiba,
União Coletiva pela Zona Oeste

Já no primeiro semestre de 2020, quando ainda estávamos no início da pandemia, as previsões e os primeiros diagnósticos à respeito de seus impactos socioeconômicos eram alarmantes: como se não bastasse o péssimo ano de 2019, quando aproximadamente 170 mil brasileiros entraram na extrema pobreza, e o agravamento da extrema pobreza entre 2017 e 2019 (a despeito do crescimento do Produto Interno Bruto no período) ainda tivemos uma queda brusca na renda dos mais pobres no ano de 2020 (segundo o Data Favela e o Instituto Locomotiva, 80% dos moradores de favelas tiveram suas rendas impactadas em pelo menos 50%). Segundo Fausto Augusto Junior, Diretor Técnico do Dieese, a crise econômica que assola o país a partir de 2015 é uma das principais causas do quadro que se apresentou entre os anos de 2017 e 2019, aos problemas específicos do ano de 2019 o diretor atribui como principal causa o “estrangulamento” dos programas sociais, em especial o Bolsa Família, promovido pelo Governo Bolsonaro.

Somemos à essa equação o desmanche do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e o descrédito fruto das notícias falsas dirigidas



Imagem: acervo União Coletiva pela Zona Oeste



Imagem: acervo União Coletiva pela Zona Oeste

às ONG's e temos um problema seríssimo: um Estado ausente, equipamentos públicos de assistência social sucateados, políticas públicas de mitigação da miséria e redistribuição de renda perdendo força e organizações do terceiro setor, que tradicionalmente chegam onde o Estado não vai, descreditadas pelas falas insidiosas e criminosas de pretensos liberais que na verdade não passam de reacionários e o que teremos é o total e absoluto caos social. Mesmo enfrentando um cenário tão desfavorável e um vírus mortal, o terceiro setor se pôs na linha de

frente do combate aos impactos socioeconômicos da pandemia e botou comida na mesa de milhões de brasileiros de norte a sul desse país de proporções continentais: a União Coletiva pela Zona Oeste (UCZO), ação da qual orgulhosamente faço parte desde seu início, por exemplo, impactou positivamente a vida de 3.500 famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, levando até elas cestas básicas, produtos de limpeza e higiene pessoal, máscaras e informação.

Contra toda ineficiência e desinteresse do poder público nós do terceiro setor mobilizamos recursos e vontade política para fazer aquilo que nenhum dos entes da federação fez. Imaginem o que poderia ser feito com união, estados e municípios agindo em conjunto, disponibilizando recursos, pessoal e equipamentos para a promoção de políticas públicas de bem estar e assistência social? Na data em que escrevo o presente texto o Presidente da República mobilizou milhões em equipamentos, recursos e pessoal das Forças Armadas para promover

uma suposta demonstração de força, imaginem o que todos esses recursos, pessoal e equipamentos não poderiam ter feito pelos brasileiros no momento de emergência que vivemos?

Se um grupo de coletivos da extrema Zona Oeste do Rio de Janeiro, de bairros pobres, sem muita experiência em ações de assistência social e sem grandes quantidades de recursos próprios conseguiu alcançar os números que nós conseguimos, o que um Estado presente e articulado em suas mais diversas instâncias de poder não poderia fazer?

Mas, ao invés disso, o que tivemos foi um Governo Federal que, desde o início da pandemia, negou sua gravidade, incentivou o desrespeito às normas sanitárias, postergou a compra de vacinas, se envolveu em escândalos de propina e se recusou à cumprir seu papel, qual seja, prestar prontamente um auxílio decente às famílias pobres e aos pequenos negócios; no Rio de Janeiro tivemos um governo do estado e uma prefeitura também omissos que não apresentaram políticas públicas suficientemente sérias para dar vazão aos problemas que a população mais vulnerável enfrenta, o que elevou a taxa de pobreza do nosso estado, o segundo mais rico do país, de 6,4% para 10,5% durante a pandemia (o que significa mais 745 mil cidadãos fluminenses na pobreza, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas). Aqui o terreno para a discussão é tão fértil que temo me aprofundar demais em tudo o que foi feito de errado pelo poder público e não falar o óbvio: nós, o terceiro setor, não podemos, por mais que tentemos, tapar todos os buracos que o poder público deixa. Vontade de fazer todo o possível não nos falta, mas até onde vão nossas possibilidades?

Já em agosto de 2020 o volume de doações recebidas pela UCZO começou a diminuir drasticamente, não coincidentemente foi justamente no mês de junho que as medidas de restrição das atividades econômicas começaram a ser intempestivamente flexibilizadas, o que leva a crer que com a retomada das atividades não-essenciais, além da falsa sensação de segurança, veio também a percepção de que o cená-

rio socioeconômico começaria a melhorar, o que infelizmente não se confirmou: no segundo trimestre de 2020 a renda média do brasileiro sofreu uma brusca queda em relação ao primeiro. Foi justamente a partir desse momento de endurecimento da crise socioeconômica causada pela pandemia que nossa ação entrou em seu pior momento financeiro e logo depois precisou suspender suas ações diretas de assistência social. Foi então que percebemos o óbvio: nossa boa vontade, esforço, rede, experiência e todas outras qualidades permitiu que realizássemos um trabalho magnífico, porém o povo precisa de um Estado forte e atuante; nossos limites são diversos! Desde os limites materiais como recursos financeiros, equipamento, pessoal e espaço físico até limites “metafísicos” como nossas vidas profissionais, acadêmicas, familiares, nossa saúde mental, o desgaste que nossas relações de camaradagem sofrem com os problemas (que não são poucos) cotidianos da militância organizada e inúmeros outros limites. Enquanto enfrentamos todas essas questões o que o poder público vem fazendo? Algumas campanhas locais de arrecadação de alimentos que terceirizam suas obrigações de promover o bem estar e a segurança alimentar da população para a sociedade civil e para o terceiro setor e, como diria minha avó, “olhe lá”...

O que precisa ser dito é simples: em tempos de crise o Estado precisa intervir pelos mais vulneráveis, pelas mães solo, pelos favelados, pelos pobres, pelos desempregados, pelos autônomos, pelos pequenos empresários e não pelos bancos e companhias aéreas. Enquanto eles não cumprem com seu dever institucional e direcionam seus esforços à quem não precisa, o terceiro estará aqui, mesmo com todos os limites, atuando e lutando pelos nossos.

FEIRA SOLIDÁRIA E A CONEXÃO COM PASSOS QUE VÊM DE LOOOOONGE

Mariana Bruce, Teia de Solidariedade Zona Oeste

Bárbara Massot, Teia de Solidariedade Zona Oeste



Imagem: acervo Teia de Solidariedade da Zona Oeste

No último domingo, 27 de junho de 2021, tivemos mais uma Feira Solidária na Feira da Roça em Vargem Grande. Seguimos atendendo mais de 30 famílias de Cascatinha, Santa Luzia, Cambungui e Bica, graças aos recursos disponibilizados pela Rede Ecológica, pela Teia de Solidariedade da Zona Oeste e pela própria Feira da Roça, bem como pelo trabalho voluntário de uma equipe de articuladoras que vem crescendo a cada encontro.

O que diferencia nosso trabalho de uma ação puramente assistencialista é a nossa prática e nosso horizonte estratégico. Do ponto de vista da nossa prática, é importante ressaltar que toda a logística de distribuição desses alimentos frescos está ancorada na organização popular e comunitária sob forte protagonismo das mulheres. Temos ainda um recorte interseccional que nos leva a priorizar tanto do ponto de vista de quem produz, quanto de quem recebe, quanto de quem atua como articuladora no território, negros e negras porque entendemos que essas são as pessoas mais afetadas pelo racismo estrutural vigente. Isso não impede que mulheres brancas antirracistas, que famílias brancas pobres e que agricultores brancos também sejam contemplados por nossas ações ou participem dessa construção. Mas quando trazemos esse recorte interseccional e essa priorização, dialogamos com uma realidade social que não pode ser ignorada, tal como demonstrado por inúmeras pesquisas: quem mais morre de fome, de bala e de covid, quem se encontra em maior vulnerabilidade nesse país são as famílias negras, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres negras.

Nesse sentido, nosso horizonte estratégico dialoga com duas dimensões fundamentais: uma é a de movimentar as mulheres negras a partir de nossa organização popular compreendendo que, tal como anunciado por Angela Davis, “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”; em segundo lugar, está a perspectiva de construção de um caminho que avance para a soberania alimentar e geração de renda nos territórios. Em relação a esse aspecto, já comentamos em outras ocasiões, nossa intenção de avançar na construção de hortas comunitárias nos territórios, na associação de moradores, no posto de saúde, nas lajes, nos terrenos baldios e onde mais possamos desenvolver uma agricultura urbana baseada na agroecologia, que se utilize dos saberes populares e tradicionais para produzir o alimento que tanto necessitamos, sem uso de veneno, nem agrotóxicos. Há também a expectativa de realização de oficinas que possam contribuir na geração de renda

para essas famílias através de intercâmbios culinários, de produção de sabão a partir do reaproveitamento do óleo de cozinha, de costura de absorventes de pano, entre outras.

Para tanto, seguimos captando recursos nas campanhas de doações, mas também vamos consolidando parcerias e, cada vez mais, escrevendo nossos próprios projetos para que esses recursos cheguem de fato nos territórios via auto-organização popular. Dentre os parceiros mais potentes que têm caminhado segundo os mesmos princípios e horizonte estratégico que nós, está o Centro de Integração na Serra da Misericórdia/CEM. Re(encontrar) na Feira nossa querida Ana Santos, liderança comunitária que atua no Complexo da Penha disseminando a agroecologia na favela sob os eixos da educação, cidadania e soberania alimentar, só ampliou a potência dessa rede que estamos construindo já há muito tempo. Falamos sobre a importância de for-

Imagem: acervo Teia de Solidariedade da Zona Oeste



talecermos nosso intercâmbio e nossas trocas, principalmente na cozinha, pois é ali onde a revolução acontece. Apontamos para o dia 27 de julho a possibilidade de fazermos uma ação conjunta unindo agricultores, as famílias da Feira Solidária e as articuladoras dos diversos territórios que compõem essa rede com todos os cuidados que esta pandemia ainda exige.

Por fim, na onda ainda de ecoar as vozes que dão corpo a tudo isso que estamos construindo na base, compartilhamos um relato da entrevista que realizamos com Dona Sonia de Cas-

catinha. Dona Sonia é a expressão personificada de como os nossos passos vêm de loooooonge. A solidariedade é uma dimensão constitutiva das periferias. É aquele “nós por nós” que, no final, garante a sobrevivência de muitas famílias. Estar no front de distribuição, na produção das cestas de frescos, garantir que o alimento dê para todo mundo e que todo mundo tenha uma cesta digna, fazer a listagem, identificar as famílias que estão sob maior vulnerabilidade, equilibrar demandas, alcançar as famílias que estão mais escondidas, fazer os recortes de gênero, raça, nada disso é simples. E Dona Sonia tem sido uma escola.

Ela conta como sua trajetória junto com a igreja contribuiu para que ela atuasse em várias ações de solidariedade acumulando muita experiência. Nos anos 1990, junto com os grupos vicentinos, em Cascatinha, chegou a trabalhar na assistência a mais de 300 famílias, distribuindo cesta básica, visitando a casa das pessoas, conhecendo sua realidade. Na associação de moradores, trabalhou com idosos, atendendo suas necessidades mais específicas. Por muitos anos, tirou da própria casa e já compartilhou com muita gente. Porém, depois de morar um período fora, em São Pedro da Aldeia, e de ter sobrevivido a dois enfartes, afastou-se por um período dessas ações e voltou agora, graças a um convite que recebeu da Teia de Solidariedade da Zona Oeste para atuar na distribuição de alimentos durante da pandemia. Acometida por vários problemas pessoais desde 2018, viu nessa ação de solidariedade um sentido e um alento para sua vida.

“Quando a Silvia me chamou, eu aceitei participar e fiquei muito agradecida. Aqui eu esqueço um pouco dos meus problemas, estou fazendo uma coisa que eu gosto. Cada dia que passa alguém chega na minha casa me procurando precisando de cesta. E a gente vê que as pessoas estão precisando mesmo. Aí eu vou, escrevo o nome das pessoas que estão precisando, seleciono aqueles que estão precisando mais e faço a distribuição”.

Na hora de produzir as cestas, D. Sonia tem a sensibilidade de perceber que as famílias não são iguais. Tem famílias que precisam de algumas coisas, tem famílias que precisam de outras. Tem famílias que precisam de tudo. É necessário dosar isso. Nosso desejo, como já afirmei, é que a gente chegue na moeda social para que as próprias famílias tenham autonomia de fazer suas próprias cestas sem mediação e com uma consciência solidária. Mas vamos caminhando um passo de cada vez, aprendendo com D. Sonia.

Do ponto de vista dos projetos de construção de uma horta comunitária em Cascatinha, D. Sonia explica que no território não tem lugar para isso. O pouco lugar que poderia ser utilizado, já foi murado e vai virar construção. Nesse sentido, é necessário construir outras estratégias para ocupar essas áreas com produção agroecológica e um dos projetos que queremos construir lá é o das hortas verticais em toneis, projeto lindo já desenvolvido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) no nosso território e que queremos multiplicar.

PANDEMIA, MEIO AMBIENTE E ESPAÇO PÚBLICO: A LUTA PELO PARQUE REALENGO

Vandré Nascimento, Marcele Maria de Oliveira e Vitor Dias Mihessen, Movimento Parque de Realengo



Imagens: Gabriel Miguês

A Fábrica de Cartuchos de Realengo foi construída no final do século XIX e desativada no final da década de 1970. E a partir daí começa um movimento chamado Movimento Pró Escola Técnica, que traz o Colégio Pedro II e um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). E o Movimento Parque Realengo Verde é derivado disso. Depois que conseguem conquistar o Colégio Pedro II e o IFRJ, surge a luta por esse terreno.

Esse grupo atua de uma forma muito interessante. Ele nunca foi de mobilizar numericamente, quantitativamente, muita gente no bairro, mas sempre conseguiu realizar uma série de articulações e pressões. Recentemente, por exemplo, comemoramos a resolução de um processo que



Imagens: Vandrê Nascimento

foi iniciado há 17 anos atrás, denunciando a permuta ilegal do terreno que era da União e foi repassado à Fundação Habitacional do Exército (FHE). O que nós reivindicamos é que 100% da área da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo se torne um parque urbano ecológico, que seja construído o parque verde.

Os moradores do bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, já estão há décadas lutando para manter uma das últimas áreas verdes da região de pé. Agora, o tão sonhado Parque de Realengo, que poderia ocupar 142 mil metros quadrados, está ameaçado pela construção de um condomínio

de prédios residenciais para militares. Esse projeto, que oferece apartamentos na planta para venda pela Fundação Habitacional do Exército (FHE), é ilegal e já derrubou centenas de árvores e desmatou boa parte do terreno, destruindo também as ruínas da fábrica.

Em 2017, o então prefeito Marcelo Crivella encaminhou para a Câmara um projeto de lei que liberava a área para a construção imobiliária, sem menção alguma à preservação ambiental. Com mais de 7 mil assinaturas, o abaixo assinado de moradores de Realengo fez com que o projeto fosse arquivado. Em 2018, um projeto de lei para o tombamento da região destinada ao parque foi aprovado através do Movimento Parque de Realengo Verde. Mesmo com aprovação na ALERJ, o governador interino

Cláudio Castro vetou a proposta. Junto ao Meu Rio, o movimento reuniu 10.523 assinaturas a favor da causa. Ainda assim, a ALERJ manteve o veto. Em 2021, depois de anos de processo, a Fundação Habitacional do Exército perdeu a cessão da área e precisa explicar os trâmites dessa negociação na justiça. Sendo assim, o terreno pode voltar a ser propriedade da União, sem vínculo com a POUPEX, porém isso ainda não aconteceu.



Imagens: Vandré Nascimento

A grande ligação dessa luta pela construção do parque com a questão da pandemia nas periferias é que a própria pandemia é fruto de um problema ambiental, de um modelo de cidade. O grupo tem uma pegada bem ambiental; tem a compreensão de que nossa luta não é exclusivamente por esse parque, mas, por um outro modelo de cidade, de sociedade.

É um movimento que tem muitos atores e atrizes envolvidos e cada um por um interesse diverso. As disputas e o fazer político na periferia são muito atreladas ao assistencialismo, ao clientelismo, aos currais eleitorais; mas, apesar de ser chamado a partir da figura de um vereador, a luta do Movimento Parque Realengo Verde é mais robusta do que isso e envolve diversos atores e atrizes, organizações da sociedade civil que têm outras formas de pensar e fazer política. A atuação do movimento tem buscado incidir no executivo, no legislativo e no judiciário, em favor da utilização exclusiva do terreno para a construção do parque verde.

A Fundação Habitacional do Exército, após a permuta do terreno com a União, alugou o terreno para a Zona Oeste Mais, empresa de saneamento, terceirizada da Cedae; e a empresa usa a área como área de manejo de resíduos. Há uma intensa circulação com entrada e saída de caminhões.

Imagens: Vandr  Nascimento



Não se tem conhecimento do impacto que isso pode estar gerando. Esforços estão sendo realizados no sentido de solicitar explica es da empresa Zona Oeste Mais.

Nós assumimos um protagonismo maior no movimento, em 2019, com a ocupa o artístico-cultural Parquinho Verde.   um momento em que a luta pelo parque ganha maior adesão, mais visibilidade e conseguimos agregar mais artistas, moradores e pessoas interessadas em, para além do cuidado imediato com o espaço, discutir direito   cidade, ocupa o do espaço público.

Temos também tentado imprimir uma pegada no movimento de ter uma comunica o simples, uma comunica o comunitária, porque   um assunto difícil; a coisa   muita burocrática e às vezes as pessoas en-

tendem que querem o parque, mas não entendem que briga   essa e por que ele ainda não aconteceu.

O que está escrito no plano de metas não   uma garantia; inclusive nem a promessa pública   uma garantia. A garantia   a nossa mobiliza o. E pra gente mobilizar   preciso juntar cada vez mais pessoas. E para jun-

tar cada vez mais pessoas nós adotamos essa dinâmica de falar através da arte, através da música, através da marchinha de carnaval; através de cursos de políticas públicas; através de formas de comunicar que comunicam principalmente com quem é nosso público alvo: que é a galera do entorno, as crianças, quem se interessa pelas pautas de emergências climáticas, quem se interessa pelas pautas de preservação das áreas verdes na Zona Oeste. Por isso, inclusive, as pessoas que fecham com nosso movimento são muitas vezes de outros lugares, não necessariamente do eixo Bangu-Realengo, mas que têm nas suas regiões problemas parecidos para a preservação de áreas verdes. O que nós queremos é poder escolher o que será feito com nosso bairro, com nossa cidade, a nossa possibilidade de existência dentro do que é realmente importante pra gente.

Quando surgiu a oportunidade de se ter grupos financiadores e doadores com o contexto da pandemia, nós conseguimos nos tornar articuladores locais para a distribuição de cestas básicas. E isso foi muito importante para enfrentar o problema da fome que atingia moradores e moradoras vizinhos ao parque. Assim, a mobilização que vinha ocorrendo em torno do parque, se sintonizou com a luta pelo enfrentamento do dano que a pandemia causou.

A partir do momento em que passamos a usar o parquinho verde como um lugar para distribuição de cestas e acolhimento da população que está ali no entorno, nós passamos a entender com mais profundidade as necessidades que as pessoas que habitam aquela área externa ao parque têm. E, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de mostrar como ter uma área pública e aberta, pensada pelos moradores, pelos coletivos, pelos artistas, pode ser saudável e importante para o desenvolvimento da região.

Nós tivemos que pensar muito sobre como juntar as várias dimensões das lutas, que eram: política, socioambiental e cultural. E era também uma luta da Zona Oeste. Tivemos que enfrentar o desafio de pensar como explicar para as pessoas a importância de juntar meio ambiente, cultura, Zona Oeste e política.



DEBATES

Imagem: acervo Pessoal Ivanir dos Santos

A seção Debates desta edição traz dois textos. O primeiro, de autoria do Professor Babalawô Ivanir dos Santos, sobre intolerâncias contra adeptos das religiões afro-brasileiras. O segundo texto, de autoria do ativista e morador do Jacarezinho Rumba Gabriel, aborda a histórica violência de Estado contra a população trabalhadora, majoritariamente negra, e seu agravamento com a pandemia.

TOLERÂNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos,
Conselheiro Estratégico do Centro de
Articulações de População Marginalizada
(CEAP). Interlocutor da Comissão de Combate
à Intolerância Religiosa (CCIR).

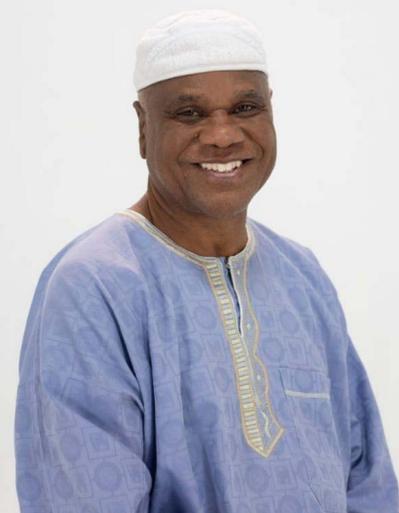


Imagem: acervo Pessoal Ivanir dos Santos

Como gosto de pontuar, a intolerância religiosa não é um fenômeno social e religioso que acontece exclusivamente no Brasil. Um brevíssimo panorama sobre as Histórias nos permite enxergar que a intolerância ainda é um dos maiores desafios para a construção da coexistência pacífica em várias partes do mundo. A intolerância religiosa, assim como o racismo, ainda é um dos maiores desafios para construção de uma sociedade mais igualitária. Um desafio que vem se arrastando ao longos dos séculos e se infiltrando dentro da sociedade brasileira.

Uma das melhores representações que gosto de ter sobre a intolerância religiosa é compará-la ao imenso e destruidor monstro marinho Leviatã, descrito em várias mitologias como o destruidor, que ataca ferozmente suas vítimas com os seus imensos oito tentáculos. Mas, na contemporaneidade, o nosso Leviatã se chama intolerâncias e, diferente das mitologias, cada tentáculo tem um nome e é enrijecido cotidianamente pelas estruturas políticas e econômicas brasileiras. E podemos nomear os tentáculos desse grande monstro: racismo, misoginia, homofobia, transfobia, xenofobia, machismo, desigualdade e intolerância. Juntos, esses tentáculos permeiam nossas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas deixando seus rastros de destruição, desagregação e desigualdade por onde passa.

Provavelmente, se olharmos atentamente dentro do ‘nosso’ Leviatã contemporâneo, entre as intolerâncias, salta aos nossos olhos a intolerância religiosa, que vem ceifando vidas, deixando vítimas e provocando danos irreversíveis. Bom, antes de prosseguir com as nossas exposições quero ressaltar que digo ‘nosso’ Leviatã, porque compreendo que o monstro das

intolerâncias foi gerado e gestado por toda a sociedade brasileira e se ele ainda existe é porque não conseguimos resolver e promover ações efetivas para a promoção das tolerâncias em nossa sociedade. Um exemplo para tal constatação é observarmos que mesmo garantida por lei, a liberdade religiosa não é uma realidade para as religiões em solo brasileiro.

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias” nos diz a Constituição Federal em seu artigo 5º VI. Mas

os dados apresentados no livro Intolerância Religiosa no Brasil: Relatório e Balanço nos revelam que 71% dos casos são intolerâncias contra adeptos das religiões afro-brasileiras.

Mesmo publicado em 2017, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, em parceria com a editora Klíne, os dados nos revelam uma nefasta realidade que assola a todas as minorias religiosas representativas no Brasil, que durante muitos anos usou o slogan “Somos todos iguais” e é lido no exterior como “o país das igualdades”.

Infelizmente, diante das conjunturas atuais políticas, sociais e econômicas, decorrentes das circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19, tivemos um crescimento significativo do acirramento das desigualdades no nosso país. Precisamos aqui pontuar que pouco mais de um ano e meio da descoberta do coronavírus, o Brasil ainda vive um cenário de incertezas, devastado pela miséria, pela fome e pela falsa ideia de democracia social e racial que camufla as desigualdades. Circunstâncias sociais que só serão possíveis de serem amenizadas quando começarmos a promover a tolerância cotidianamente. Ações voltadas para o fortalecimento da equidade social, da comunhão com o próximo, do diálogo inter-religioso, o respeito às diversidades e à pluralidade, como as desenvolvidas, desde de 2008, pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) que carrega as bandeiras dos diálogos e do respeito mútuo como estratégia de promoção da tolerância fortalecendo as lutas e resistências em prol da equidade e da tolerância religiosa.

VIOLÊNCIA DE ESTADO

Rumba Gabriel, bacharel em direito, jornalista, MNUnas Favelas, Compositor da Mangueira, Portal Favelas, IPCN e morador da Favela do Jacarezinho.



Imagem: acervo Pessoal Rumba

Essa violência nasceu com a chegada dos primeiros representantes do Estado no século XV, com a invasão dos portugueses no solo brasileiro. Pedro Álvares de Cabral iniciou o pé na porta, não respeitando os donos da terra, os índios. Este mesmo pé na porta foi incorporado junto à Polícia Militar, iniciada com os capitães do mato daquela época.

Essa violência deu origem ao projeto de exclusão e extermínio. Os índios receberam as primeiras balas “perdidas” das tropas portuguesas. Rapidamente providenciaram os transportes de negros oriundos da África, pois os índios resistiam o quanto podiam em não ser tratados como escravos. A Igreja intervindo no aconselhamento dos índios a se catequisarem e ficarem firmes na fé, porque a escravidão era boa e trazia progresso para todos. Os índios não caíram nessa falácia e adentravam as matas fugindo.

Na travessia dos mares muitos negros não resistiam às perversidades e morriam. Na sequência seus corpos eram lançados ao mar. Os que aqui chegavam eram comercializados e levados às senzalas das Casas Grandes. A noite tramavam e alguns fugiam para os mais diversos QUILOMBOS.

Os primeiros Quilombos, obviamente, aconteciam nas áreas afastadas dos centros povoados. Preferiam áreas montanhosas. Assim podiam assistir às chegadas ou não dos capitães do mato. Grilhões, correntes, ferros quentes, pelourinhos e troncos eram os principais instrumentos de torturas. A presença do Estado oficializava a violência, credenciando os proprietários de terras e negócios.

Hoje esse costume se transformou em um projeto de extermínio conhecido como necropolítico, onde o Estado seleciona quem deve morrer.

O Rio de Janeiro recebeu em sua área portuária mais de 700 mil negros. O local é conhecido como Cais do Valongo, um Patrimônio Cultural abandonado por esse mesmo Estado. Primeiro surgiram os cortiços e na sequência, as favelas. Passamos a chamar carinhosamente de Quilombos Urbanos, onde sobrevivem negros e negras resistentes em busca da cidadania. Eu sou um desses negros ousados e que moro na favela do Jacarezinho a qual concentra o maior número de negros em favelas no Rio de Janeiro, logo recebeu o nome de Quilombo Urbano Jacaré.

É histórica a violência do Estado contra a população trabalhadora, em sua maioria negra, quase sem direitos e cidadania. Com a chegada fria da pandemia ficou ainda mais claro essa violência, desemprego em massa, subnotificação, contrainformações, sistema de saúde falido, falta de projeto para as favelas e periferias e por fim, um Auxílio Emergencial como se fosse uma esmola. Por fim, uma tremenda falta de interesse com as vacinas proporcionando assim, clara suspeita de corrupção nas compras de uma delas. Muito mais exemplos caberiam nesse texto, mas entendo como suficiente para provar que a violência do Estado sempre fez parte do processo de colonização.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favelas pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, contamos com uma reflexão de Monique Rodrigues, Rose Cipriano e Fátima Monteiro, sobre a luta por memória das mulheres negras da Baixada Fluminense e a destruição do “Memorial Nossos Passos Vêm de Longe”, que foi coberto por tinta branca, num ato racista e machista, para cobrir os rostos das nove personalidades femininas retratadas no mural.

Imagem: Acervo Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial



O RESGATE DA MEMÓRIA E A LUTA DAS MULHERES NEGRAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL NA BAIXADA FLUMINENSE

Monique Rodrigues - Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Rose Cipriano - Coletivo Minas da Baixada, Articuladas MNU

Fátima Monteiro - MNURJ, Fórum Comunitário do Jardim Gramacho



Imagem: Acervo Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Mesmo após 133 anos da abolição da escravatura, a imagem das mulheres negras ocupando espaços fora da condição de subalternidade ainda provoca ódio, racismo e agressões. Por isso, para nós o grande desafio é nos mantermos vivas, carregando a nossa ancestralidade,

uma vez que a política de genocídio do povo negro, tenta sistematicamente exterminar nossos corpos física e simbolicamente.

A função social, cultural, econômica e histórica que mulheres negras exercem na formação do Brasil reflete a edificação de processos muito distintos, que escondem e invisibilizam essas atuações.

O memorial *Nossos Passos Vêm de Longe* pintado em Duque de Caxias, para resgatar, homenagear e valorizar a trajetória de nove Mulheres Negras: Mãe Beata de Yemonjá (1931-1917), Yalorixá de Miguel Couto em Nova Iguaçu; Maria Conga alforriada aos 35 anos e líder do Quilombo em Magé; Marielle Franco (1979-2018) vereadora negra, lésbica e favelada, assassinada na Cidade do Rio de Janeiro, é o reflexo das lutas cotidianas e do apagamento que essa parcela da sociedade é tratada. Diante de um território onde o maior número de moradores é formado por mulheres negras, que são chefes de família, trabalhadoras, lideranças comunitárias e agentes de transformação em suas famílias e vizinhança, a condição de sobrevivência é uma pauta urgente para pensarmos a emancipação pessoal e coletiva *para e com* mulheres negras.

Quando falamos em ancestralidade remontamos à luta contra a escravidão e a manutenção da vida em coletivo, culturas, identidades e memórias que formam um pilar sólido para nossa resistência, entretanto a Baixada Fluminense é um espaço de constante tensão que dita um ordenamento pela violência de Estado cada vez mais estruturada e difícil de ser combatida. Rememorar é também afirmar a importância que o enfrentamento tem no dia a dia, protagonizando e denunciando as ausências sistematizadas pelo Estado, que define para esses espaços a opressão, a vigilância, o medo e todo tipo de carência social.

O ato racista de pintar de branco o rosto dessas mulheres homenageadas por suas atuações coletivas pode ser visto como um reflexo desse enfrentamento constante diante das violências estruturais. Estando o racismo tão arraigado e naturalizado uma pessoa se sente confortável

em praticar tal ato sem a menor vergonha nem pudor, pois ele tem a certeza que sua ação encontra ressonância em inúmeras pessoas e mais ainda, em diversas estruturas.

A rua sempre foi o espaço da negritude exercer sua construção de liberdade, ainda na escravidão o acesso à rua era uma forma direta de planejar insurreições, como também espaço de trabalho. Quituteiras, lavadeiras e rezadeiras são personalidades que estão retratadas como sempre presentes na rua. No pós-abolição, outras figuras se somaram a essas, compondo os contextos do espaço público com inventividade e ação combativa. Ainda hoje mulheres negras estão nas ruas levantando suas vozes contra o racismo, o machismo e o sexismo, assim como contra toda violência, por isso o direito à cidade para estar ilustradas nas vias públicas e muros é nosso sim.

A liderança dessas mulheres continua inspirando a luta na Baixada Fluminense. que através de outras mulheres homenageadas, ainda em vida pela Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial, tomam para si as demandas desse tempo histórico. Mulheres como Ana Leone, comunicadora popular, Fátima Monteiro, do Movimento Negro Unificado, Dona Leonor, atuante na Pastoral do Negro, Silvia Mendonça, atriz e defensora das religiões de matriz africana e Rose Cipriano professora e ativista dos direitos dos direitos humanos, integrante do Coletivo Minas Baixada, são os nomes que dão imagem para este memorial. A relação entre passado, presente e futuro é unificada pela constante luta para a liberdade da população negra e periférica. Hoje já não existem mais as máscaras



Imagem: Acervo Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

de Flandres, então usaram tinta branca para destilar o racismo e manifestar as opressões instauradas pela divisão da raça, classe e cor. As mulheres negras que sempre estiveram na base da pirâmide no quesito desigualdade, inclusive no que corresponde ao lugar social do homem negro, são também as que movimentam e modificam as estruturas.

Por esse motivo nas três últimas décadas houve um acirramento das pautas de gênero e raça que colocam as mazelas produzidas pelo racismo e machismo em evidência para toda sociedade, desnudando uma construção falsa de democracia racial no Brasil e que nunca existiu, servindo como cortina de fumaça para mascarar a garantia os direitos previstos na Constituição Brasileira que, na sua ação, segue inconclusa. Direitos sociais igualitários, embora sua contribuição fortaleça o sistema econômico capitalista, pouco ou nada lhe é atribuído como benefício, por isso a luta das mulheres no século 21 incomoda muito.

O Memorial *Nossos Passos Vêm de Longe* retrata mulheres que além da luta sindical, educacional, territorial, política e social, podem ser identificadas por todas as mulheres pelo histórico da vida cotidiana, tão comum para as mulheres periféricas que enfrentam as mesmas adversidades impostas por essa estrutura naturalizada do Estado.

No contexto da pandemia mundial provocada pela Covid-19, vemos novamente essas mulheres no *front* em defesa da vida, indo às ruas protestar e denunciar o descaso do governo com a população, exigindo vacina para todos, ao mesmo tempo que fincamos a voz na defesa do SUS, atuando diretamente na captação de cestas de alimentos e produtos de higiene para socorrer a população marginalizada e abandonada pelo poder constituído. Nesse contexto, compartilhamos o entendimento de que a melhora na qualidade de vida do povo negro e periférico só se dá a partir das lutas e batalhas diárias destas mulheres, que estão garantindo a vida nos seus territórios.



Imagem: Acervo Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

São as homenageadas pelo memorial e tantas outras mulheres ainda anônimas que fazem a diferença no enfrentamento à violência de Estado, durante este período difícil da pandemia da COVID-19.

O Brasil se forjou a partir do sangue negro e indígena e neste texto relembramos as inúmeras mulheres negras que edificaram esta nação e seguem atuando de forma contundente contra o genocídio diversificado, acreditando que seremos capazes de refundar em bases mais igualitárias. Trazemos a memória de Katlen, Emilly e Rebecca para lembrar que não aceitaremos a política da morte definida para negros e pobres.

Somos sementes das nossas mais velhas e regamos hoje a ação combativa, acreditando em um amanhã melhor.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Adriana Martins

André Lima

Bárbara Massot

Benjamin Fogarty

Carlos Alberto Ivanir dos Santos

Celina Boga

Day Medeiros

Elenice Pessoa

Eliana Sousa Silva

Fátima Monteiro

Ingridy Maura Moura Silva

Lucília Aguiar

Luna Escorel Arouca

João Luiz Pereira

Jhonas Magalhães

Marcele Maria de Oliveira

Mariana Bruce

Monique Rodrigues

Rose Cipriano

Rumba Gabriel

Sílvia Baptista

Vandré Nascimento

Vitor Dias Mihessen

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Articuladas

Centro de Articulações de População Marginalizada (CEAP)

Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria/ENSP/Fiocruz

Coletivo Artístico Sustentável e Alternativo (CASA)

Coletivo Minas da Baixada

Comissão de Bombate à Intolerância Religiosa (CCIR)

Conselho Comunitário de Manguinhos

Fórum Comunitário do Jardim Gramacho

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR)

Movimento Negro Unificado (MNU)

Movimento Parque Realengo Verde

Portal Favelas

Redes da Maré

Teia de Solidariedade da Zona Oeste

União Coletiva pela Zona Oeste

Revisão

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Martins



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz